

**REFLEXÕES E APONTAMENTOS SOBRE RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL NO AMBIENTE DE ENSINO EM PSICOLOGIA E PSICANÁLISE: UMA PROPOSTA INTERVENTIVA PARA A ELABORAÇÃO DE UMA AÇÃO AFIRMATIVA**

REFLECTIONS AND NOTES ON STRUCTURAL AND INSTITUTIONAL RACISM IN THE TEACHING ENVIRONMENT OF PSYCHOLOGY AND PSYCHOANALYSIS: A PROPOSAL FOR DEVELOPING AN AFFIRMATIVE ACTION PROJECT.

REFLEXIONES Y APUNTES SOBRE EL RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL EN EL ÁMBITO DOCENTE DE LA PSICOLOGÍA Y EL PSICOANÁLISIS: UNA PROPUESTA PARA EL DESARROLLO DE UN PROYECTO DE ACCIÓN AFIRMATIVA

Vicente Loir Kakizaki<sup>1</sup>, Maria Ismênia Teixeira Kakizaki<sup>2</sup>

---

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.4918

Recibido: 10/02/2026 | Aceptado: 03/03/2026 | Publicación en línea: 11/03/2026.

**RESUMO**

O presente artigo foi escrito a partir do trabalho apresentado ao término do curso de aperfeiçoamento “Winnicott: Experiência e Pensamento” do Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo/2019. À época, foi problematizada a questão racial tanto em favor da promoção quanto da ausência de uma política de ação afirmativa na própria instituição. Esta ausência indicava um reflexo do racismo estrutural da sociedade, destarte também presentes no ambiente de ensino do curso. Portanto se realizou, principalmente, a interlocução entre a psicanálise praticada e teorizada por D.W. Winnicott, com as teorias elaboradas pela pesquisadora e psicóloga Grada Kilomba. O trabalho aponta ao mesmo tempo que impele a promoção de ações afirmativas como gesto reparador e prática decolonial, beneficiando o ambiente de aprendizado e o amadurecimento do ser.

**Palavra-chave:** Relações Raciais. Educação. Psicologia. Racismo.

**ABSTRACT**

This article was written based on the work presented at the end of the “Winnicott: Experience and Thought” improvement course at the Sedes Sapientiae Institute, in São Paulo/2019. At the time, the racial issue was problematized through both promotion and absence of affirmative

---

<sup>1</sup> Pós-graduado Lato Sensu em Neuropsicologia, Universidade São Marcos (USM), Santo André, São Paulo, Brasil. E-mail: vicentekakizaki@gmail.com

<sup>2</sup> Especialista em Microbiologia Clínica, Sociedade Brasileira de Microbiologia (SBM), Santo André, São Paulo, Brasil. E-mail: ismeniakakizaki@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0727-3696>

action policy in the institution itself, at the same time reflecting on psychological characteristics of structural and individual racism in society and at the course's environment. Was carried out especially the dialogue between the psychoanalysis promoted by Winnicott and the theories developed by researcher Grada Kilomba. The work points to the promotion of affirmative action policy as a reparative gesture and decolonial practice, favoring the learning environment and the maturation of the self.

**Keywords:** Race Relations. Education. Psychology. Racism.

## RESUMEN

Este artículo se basó en el trabajo presentado al final del curso de perfeccionamiento "Winnicott: Experiencia y Pensamiento" en el Instituto Sedes Sapientiae, en Sao Paulo, 2019. En ese momento, se abordó la cuestión racial, tanto a favor de promoverla como en contra de la ausencia de una política de acción afirmativa dentro de la propia institución. Esta ausencia reflejaba el racismo estructural en la sociedad, presente también en el entorno docente del curso. Por lo tanto, el trabajo se centró principalmente en la interrelación entre el psicoanálisis practicado y teorizado por D.W. Winnicott y las teorías desarrolladas por la investigadora y psicóloga Grada Kilomba. El trabajo, simultáneamente, señala e insta a promover la acción afirmativa como un gesto reparador y una práctica decolonial, que beneficia el ambiente de aprendizaje y la maduración del ser.

**Palabras-clave:** Relaciones Raciales. Educación. Psicología. Racismo.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

---

## INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado teve início na Oficina de escrita psicanalítica do curso “Winnicott: Experiência e Pensamento”, realizado ao longo do ano de 2019 no instituto Sedes Sapientiae, uma das pioneiras escolas de Psicanálise de São Paulo. À época foi problematizado o *racismo estrutural*, no próprio ambiente do instituto, levando em consideração que, até aquele momento, esta não possuía oficialmente nenhuma política de ação afirmativa (Brasil, 2010); ainda que houvesse iniciativas ao debate racial envolvendo divulgação de literatura especializada, grupo de estudo sobre a temática racial, e propostas de letramento racial. Entretanto, estas não chegavam a repercutir no núcleo de estudos do curso que se debruçava especialmente sobre a obra do psicanalista Inglês. Destacava-se, todavia, o fato que embora houvesse em seu cronograma de aulas debates sobre a inserção da psicanálise na sociedade, nos espaços comunitários e na própria democracia — a questão racial no Brasil não fazia parte dos

---

tópicos e reflexões abordadas. Essa agenda nos chamou a atenção para a ausência do tema, considerando a intenção de pensar a subjetividade humana e suas relações com a sociedade. Faláramos sobre a estética contemporânea - *piercings*, tatuagens, *branding*, etc. – partindo de referências a pessoas famosas internacionais, todavia não se tocava, de modo algum, no tema do racismo em nosso meio e cotidiano, o qual, ali mesmo, mais de perto nos dizia respeito.

Objetivando realizar uma reflexão sobre racismo e o ambiente de ensino em destaque, foi que apresentamos o trabalho elaborado na oficina, promovida ao fim do curso e submetida ao exame dos professores titulares. Foi intitulado originalmente com este duplo nome: “*Reflexões e apontamentos sobre Racismo Estrutural e Institucional no ambiente de ensino, aprendizagem e produção de conhecimento OU Pela elaboração de um projeto de ação afirmativa no curso de Winnicott do Sedes Sapientiae. Por que razões elaborá-lo ou não elaborá-lo?*”. A intenção era atender ao ambos os propósitos de exercitar a reflexão teórico-clínica em psicologia e psicanálise incorporando o tema racial; ao mesmo tempo em que se propusera ser uma *ferramenta de intervenção no próprio ambiente institucional*.

Destarte realizou-se uma interlocução envolvendo teorias em psicologia, psicanálise, antirracismo, pós-colonialismo, com destaque à autora interdisciplinar, psicóloga e psicanalista, Grada Kilomba, que foi a pesquisadora escolhida para dialogar com as teorias de D.W. Winnicott, obviamente o autor alvo do referido curso de aprimoramento, já amplamente conhecido na psicanálise clínica. Esperávamos encontrar o saudável e necessário diálogo sobre possíveis efeitos e mecanismos psicológicos envolvidos no racismo estrutural e suas implicações ali, no próprio instituto e naquela almejada produção de conhecimento em psicanálise. Tal articulação da práxis – pensamento e prática – foi anunciada como proposta de trabalho na oficina de escrita, inicialmente, aos alunos/as/es, e professora responsável pela oficina, para em seguida ser levada à banca de professores e coordenadores do núcleo, momento em que foi articulada a seguinte questão à banca: por que razão ainda não foi elaborada uma política de ações afirmativas? E por que então não passar a elaborá-la?

Foi essa a trajetória escrita apresentada, à época, aos professores e coordenadores do curso que ora reapresentamos, em formato revisado, adicionando também uma nova reflexão ao final.

## **2019 – O Ponto de Partida**

“Estou me referindo ao fato de alguém ver tudo como se fosse a primeira vez.” (Winnicott,

1999, p.33).

Apresenta-se a seguir breve de observação e percepções iniciais no instituto — juntamente à vivência do percurso de estudo, elas serviram como pontos de reflexão ao desenvolvimento teórico.

*Início no Instituto, 1º dia de curso:*

Ao chegar para a primeira aula, lembro-me de, novamente, reparar na estrutura do prédio que já havia visto outras vezes. A cor cinza de um pesado e gigantesco bloco de concreto. Muros, grades de portões e uma guarita de segurança.

Ao passar pela ponte de entrada, cumprimento um homem negro. Seu uniforme me indica que trabalha ali, como ajudante geral ou na limpeza.

Entro em sala e vejo alunas e alunos chegarem. Os docentes se reúnem ao centro, são em maior parte mulheres e entre elas, dois homens.

Reparo: todo corpo docente é composto por pessoas brancas. Alunas e alunos também brancos.

Aquele que me parece ser o coordenador do grupo, reclama que faz calor e aponta ao ar-condicionado que não está funcionando.

Alguém sai em busca de outro alguém. É uma mulher que chega à porta. Ela é negra e usa outro tipo de uniforme — uma versão feminina e diferente daquele cujo homem na entrada utilizava. Ela aponta o controle remoto na direção do teto fazendo o aparelho funcionar e respondendo em tom descontraído aos que a ela se dirigiam. Despedem-se todos em até alegre descontração.

As apresentações em sala estão prestes a começar.

Olho para um canto da sala; vejo uma mulher negra dentre as alunas. Um levíssimo alento.

A temperatura começa lentamente a cair. Mas o ar do prédio ainda pesa...

## **Contexto**

A despeito da circulação da ideia de que o Brasil vive uma democracia racial, o olhar atento à realidade das relações pode explicitar que existem ilusões e também mitificações nesse tocante, prestando-se, possivelmente, a cumprir diversas funções tanto ideológicas quanto psicológicas. O desvelamento do caráter debilitado ou incompleto da igualdade racial brasileira advém de forçosos reconhecimentos: o cotidiano de estruturas ainda coloniais no Brasil moderno

é muito mais comum do que se poderia pensar.

De acordo com Bruna Rocha, o importante valor do conceito de racismo estrutural se dá pela compreensão de que o racismo não é um desvio da estrutura, mas sim, a própria estrutura pela qual se fundamentam as relações desiguais entre pessoas brancas e pessoas negras (Rocha e Santana, 2020). Portanto torna-se forçoso um profundo reconhecimento da herança histórica do racismo e da desigualdade no Brasil, assim como sua atualidade nas relações cotidianas.

Partindo dessas premissas, analisaremos a seguir as relações psicológicas presentes no racismo estrutural, institucional, individual, e possíveis implicações no campo do ensino e aprendizagem.

### **Definições sobre o Racismo; o Ambiente de Supremacia Branca como a Estrutura Racista**

Acreditamos que a pesquisadora Grada Kilomba tenha se destacado pela originalidade com que desenvolveu a psicanálise de modo a inaugurar leituras e interpretações acerca do racismo. Assim ela pode estabelecer novas bases ao identificar tanto as raízes psicológicas envolvidas neste fenômeno, no qual se aliam poder e preconceito. Mas também, fundamentalmente, consegue ela apontar para mecanismos que primam pela desconstrução do racismo.

Passemos a seguinte conceituação inicial, de acordo com Kilomba:

“No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. (...)”

A segunda característica é: essas diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Não só o indivíduo é visto como “diferente”, mas essa diferença também é articulada através do estigma, da desonra, e da inferioridade. (...) Esses dois últimos processos – a construção da diferença e sua associação com uma hierarquia – formam o que também é chamado de preconceito. (...)”

Por fim, ambos os processos são acompanhados pelo poder: histórico, político, social e econômico. É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E nesse sentido, o racismo é a supremacia branca.” (Kilomba, 2019, p. 75-76)

Estas são as três características que definem a relação racista: 1) a construção da diferença com base na origem racial; 2) implicando diferença em valores hierárquicos das relações (formando o preconceito); 3) e por fim, resultando em uma relação de poder específica: a

supremacia branca.

O relato inicial deste artigo, a observação ao adentrar a sala de aula pela primeira vez é apenas mais um exemplo do espaço onde a supremacia branca vigora. Aliás, um retrato predominante em nosso meio acadêmico, e em especial no cenário de especializações e pós-graduações. A desigualdade racial no meio acadêmico brasileiro adquiriu ao longo dos anos de lutas e conquistas o plano de intervenção das políticas de ação afirmativa consubstanciada na Lei 12.711/2012<sup>3</sup> Contudo, importante notar que elas não chegam sempre a todo amplo espectro da esfera acadêmica, pública ou privada, como seria de se desejar.

Portanto o reconhecimento de ambientes institucionais que tem por princípio ético estarem a serviço de toda à população, mas que, contudo, são ocupados privilegiadamente pela população branca (supremacia branca) implica a constatação da reprodução da estrutura racista e colonial.

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural. (Kilomba, 2019, p. 77)

E o racismo institucional:

Como o termo “instituição” implica, o racismo institucional enfatiza que o racismo não é apenas um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado. O termo se refere a um tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc. (Kilomba, 2019, p. 77-78)

As instituições de ensino superior, aprimoramento e especializações estão na ponta de um processo educativo todo erigido por uma estrutura racialmente discriminatória. Um dos efeitos desta estrutura é a *segregação* racial e de renda.

Por ora, soa já suficiente atermos somente ao aspecto institucional do sistema de educação, compondo um dos setores da estrutura social racista. Então é possível concluir que a

---

<sup>3</sup> A Lei de Cotas no país foi promulgada em 29 de Agosto de 2012, após passar mais de uma década em tramitação no Congresso Nacional. Segundo o governo federal, estima-se que mais de 1,1 milhão de estudantes foram contemplados por meio da Lei. Atualmente ela completou 13 anos de legalidade, embora a luta do movimento negro por ações afirmativas em universidades tenha começado muito antes da conquista da lei, com iniciativas entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000. Atualizada na Lei nº 14.723/2023, traz importantes avanços como a inclusão da população quilombola e trata do ensino em pós-graduação.

instituição que não reconhece seu lugar e função no racismo estrutural, não elabora formas apropriadas e suficientes de romper com a problemática do racismo em seu nível institucional, reproduzindo, quer queira quer não, esses mesmos mecanismos tanto quanto padecendo seus males. Violência estrutural e individual atuante na manutenção das relações de poder em suas diversas esferas, inclusive – um ponto que aqui também interessa — na produção de conhecimento.

A partir desse reconhecimento, importa perguntar: que se pode fazer, individual e institucionalmente?

Encontramos na obra de Grada Kilomba indicações sobre *práticas descolonizadoras* que podem se dar no plano individual e coletivo. Pratica essa a qual, modestamente, se propôs o presente artigo.

### **Meio Acadêmico, Conhecimento e Branquitude**

(...) conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (Kilomba, 2019, p. 50)

Ao mencionar a pergunta: “quem está no centro?” em se tratando da academia (o meio acadêmico não é um espaço neutro, mas ainda permeado por privilégios) a branquitude ocupa o lugar central. Historicamente a academia se caracteriza como um local de segregação, ora econômica, portanto de classe, ora racial. No Brasil infelizmente o cenário não foge ao padrão, a academia tem sido um local “onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas negras” (Kilomba, 2019, p.50). Há mudanças em curso, sem dúvida, e as cotas surgiram talvez como uma árdua e silenciosa revolução.

É deste modo que ainda se estabelece, nos ambientes de ensino, uma ordem que carrega em si uma dimensão da violência: “Neste sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a.” (Kilomba, 2019, p. 51)

O ambiente acadêmico tem o poder de exercer violências se assim for orientado. Sueli Carneiro define o racismo epistêmico (epistemicídio) como sendo a invalidação sistemática de

saberes, culturas e produções intelectuais de povos negros e indígenas. É uma estrutura de subalternização que nega a capacidade cognitiva de grupos discriminados, produzindo indigência cultural. (Carneiro, 2005)

Portanto o ambiente acadêmico continua sendo também um espaço de exercício e manutenção de poder, abarcando a dimensão étnico-racial, além de valores e hierarquias de caráter econômico, de gênero ou transgênero, perpassando a população LGBTQIAPN+, os povos originários, indígenas e quilombolas. Urge, sobretudo, transformar estruturalmente este ambiente e suas relações. (Sousa e Fischer, 2024)

### **O Ambiente Suficientemente Bom de Aprendizagem**

Winnicott descreve o *ambiente suficientemente bom* como sendo aquele que facilita o processo de maturação e amadurecimento. Se referindo ao lactente em suas fases iniciais do desenvolvimento, este ambiente propiciaria o cumprimento de três principais metas: integração, personalização e a capacidade de estabelecer relações objetais. O sucesso em tais tarefas é essencial para a capacidade da pessoa se sentir real! Winnicott ressalta: “isto, contudo, tem de combinar com a ideia de se sentir real no mundo e sentir que o mundo é real.” (Winnicott, 1983, p. 202)

Um ambiente que se quer suficientemente bom, agora, em termos de aprendizagem, deve atender às necessidades básicas dos estudantes (os locais de ensino também possui seus lactentes<sup>4</sup>), ou seja, promovendo um ambiente institucional de ensino e aprendizagem o qual se pretenda suficientemente saudável, precisa prover e atender aos aspectos necessariamente fundamentais das relações humanas: em suas dimensões interpessoais, de aprendizagem, de trocas, de criatividade, ética e respeito, na produção de conhecimento e outras.

A realidade do racismo, em suas diferentes manifestações, quando não reconhecida ou permanece negada e silenciada, pode promover uma espécie de cisão, uma fratura na realidade, conseqüentemente afetando a *capacidade de se sentir real* — experiência psíquica a qual é fundamentalmente necessária para o desenvolvimento psicológico saudável.

Um ambiente hegemonicamente branco, segregado, que não se reconhece como tal, permite que a experiência do racismo, perpetrado pela estrutura em si, permaneça negada. Desse modo, impossibilitada de ser nomeada, podendo derivar-se em tabu, constrangimento,

---

<sup>4</sup> Alunos, do vocábulo latim *alumnus*: “criança de peito”, “que mama”.

silenciamento, repressão ou projeção. Nesse sentido, ao provocar tal cisão na realidade, produz ausência de sentido, afeta a saúde, reproduzindo violência subjetiva e exclusão, além de inúmeras outras consequências imprevisíveis.

Que fazer diante desse cenário? Há uma possibilidade fundamental – que tende a caminhar na direção da saúde – mas que não pode ocorrer quando existe a *negação*: dado o reconhecimento da existência do racismo e em quais dimensões o racismo acontece nas relações, surge a possibilidade de **reparação**! Que são os cuidados com os traumas e violências ocasionadas, - ou seja, a possibilidade de gesto reparador ao se tratar as feridas pelo racismo estrutural — seja em nível individual, seja institucionalmente. A partir desse ponto de maturação (maturidade) fundamental é que podem ser criadas e elaboradas ações que mitiguem e desconstruam o racismo: como é o caso da Lei de Cotas. Destarte, cria-se a possibilidade de *responsabilização*, propiciando a percepção da realidade não mais da maneira cindida pelo racismo, mas favorecendo um ambiente em que possam surgir novas formas de se relacionar, e como bem sugere a autora Kilomba — que se criem novas linguagens e novas configurações de poder e de produção de conhecimento. (Kilomba, 2019)

Em um ambiente no qual predomine a negação, surda opressão do silêncio, este não se qualificaria como um ambiente suficientemente bom, como meio facilitador ao aprendizado e ao desenvolvimento, porque falha na percepção da realidade mais plena e inteiramente: “De uma vez por todas, a realidade exige uma compreensão total. No plano objetivo como no plano subjetivo, uma solução deve ser encontrada.” (Fanon, 2008, p.29)

Foi interessante a participação de um dos colegas de turma no diálogo feito quando da apresentação dos temas para a oficina de escrita: ele comentara não ter se dado conta da dimensão do racismo estrutural presente ali até então, mas pode se dar conta ao ler o texto introdutório do trabalho (relato da chegada ao primeiro dia de aula). O que quer dizer que ele havia sido bem sucedido ao ler, compreender e então reconhecer uma realidade a partir da leitura de um texto, mas havia falhado em ler com os próprios sentidos a realidade presente do ambiente ao seu redor. Como uma vez afirmou a escritora Chimamanda Ngozi Adichie “Se repetimos uma coisa várias vezes, ela se torna normal. Se vemos uma coisa com frequência ela se torna normal.” (Adichie, 2015, p.16) Seu oposto poderia igualmente valer: se um silenciamento ou apagamento se repete várias vezes...

Nossa compreensão é de que um dos efeitos patológicos do racismo diz sobre como ele afeta a experiência de se sentir real, como ressaltada por Winnicott. Quando o racismo é negado,

ele continua sendo vivido, mas falha em ser apropriado como experiência real. É deste modo que uma pessoa negra que padece do *racismo cotidiano*, pode ter parte de sua experiência de vida desalojada, tida como irreal. Ou pode ter parte ou inteiramente a sensação de que *o mundo à sua volta* seja irreal. As implicações e consequências do racismo – e aqui não só me refiro a atos assumidamente racistas, mas ao racismo cotidiano que se expressa de incontáveis maneiras – são muito pouco dimensionáveis pois existe uma carência enorme de pesquisa e literatura a respeito do tema, que vem sendo suprida paulatinamente pelos vigorosos esforços de pesquisas e militâncias engajadas nesse propósito. E não é exagero dizer que em grande parte este fato se dá porque no espaço acadêmico predominante, ainda há pouco espaço para o povo negro.

Grada Kilomba cita o relato pessoal de Kathleen, cuja mãe cometera suicídio, no ano de 1992. Nele, a filha reflete sobre o suicídio da mãe:

(...) eu acho que ela não podia...ela estava em um ambiente branco, e ela não gostava nada disso. (...) Bem, ela não teve nenhum problema em ter amigas/os brancas/os ou algo assim, ela não estava separada, mas ela precisava se ver refletida na sociedade onde estava, e ali ela simplesmente não estava. Não onde ela trabalhava na universidade, onde a maioria das pessoas era branca. (Kilomba, 2008, p187)

Nesse caso, o isolamento racial, “não se ver refletida na sociedade onde estava”, permaneceu como um doloroso fator de violência aos olhos da filha, experiência conflituosa de si com o mundo à sua volta.

### **O Relato Pessoal de Jaqueline**

Na conclusão de sua obra sobre racismo cotidiano, *Memórias da Plantação*, Kilomba descreve um processo de tornar-se sujeito da pessoa negra, que uma vez conscientizada de sua negritude e de sua relação com o racismo cotidiano, caminha para fora da ordem colonial, empoderando-se e tornando-se sujeito. Sugerimos, para melhor compreensão do tema, o estudo integral de sua obra. (Kilomba, 2019)

Kilomba afirma que por muitos anos o racismo nem foi visto, nem refletido como problema teórico e prático significativo nos discursos acadêmicos, resultando em um déficit teórico muito grave e diz: “por um lado, esse deficit enfatiza a pouca importância que tem sido dada ao fenômeno do racismo.” (Kilomba, 2019, p71). Em nosso curso, por exemplo, o diálogo a cerca das questões raciais foi inexistente, salvo a realização da presente produção escrita

apresentada aos educadores e estudantes. “E por outro, revela o despeito em relação àqueles que experienciam o racismo.” (Kilomba, 2019, p71)

Neste ponto do trabalho, traremos o relato pessoal da colega de turma, única mulher negra presente no referido curso realizado no Instituto. Durante a elaboração das reflexões, perguntamos se ela queria e se poderia contribuir com um relato pessoal seu, a respeito do racismo ou alguma questão racial, da maneira como quisesse, caso decidisse falar. Sem demoras ela concordou, em seguida enviando-nos o relato que segue adiante, não se furtando à colaboração, nem à coragem de expressar-se. Desse modo não seguirmos no sentido do olvido ou despeito às experiências de quem vive o racismo, individual ou estruturalmente.

Segue o relato gentil e diligentemente compartilhado por Jaqueline...

*“Durante minha infância, na década de 90, estudei num colégio particular e católico num município da grande São Paulo.*

*Sempre observei que a maioria dos meus colegas eram brancos, quando digo a maioria me refiro há cerca de 95% da turma.*

*Eu, filha de nordestinos negros e que sempre me reconheci como negra, acreditava que tinha mais colegas brancos simplesmente por que deveria existir mais “gente branca”.*

*Conforme fui crescendo, aprendia nas próprias aulas, que o Brasil era um “país negro”, com mais de 50% da população sendo negra ou parda. Aí observava algo errado, com cerca de uns oito anos de idade eu questionava: como a maioria dos brasileiros são negros se eu só conheço pessoas brancas? A resposta não vinha.*

*Na minha adolescência, com cerca de 13 anos, comecei a estudar em escola pública, e percebi que havia um número maior de colegas da minha cor, mas ainda não sentia que meu questionamento havia sido respondido.*

*Quando iniciei minha vida acadêmica, foi como seu voltasse à minha escola da infância, a grande maioria era branca, contudo já conseguia refletir sobre a questão.*

*Atualmente trabalho no Tribunal de Justiça, e acompanho muitas famílias em situações de vulnerabilidade. E sim, minha pergunta foi respondida, sei onde esta a maioria negra citada nas estatísticas: elas não estão no curso de graduação, não estão no curso do Sedes (que frequento atualmente), estão compondo a população vulnerável do país, que não possuem condições de moradia e educação adequada, e estão muito mais expostas a violência.*

*Embora exista o “mito da democracia racial”, acredito que todos (adultos brasileiros) saibam em quais locais terão pessoas negras, e quais terão pessoas brancas.”*

*E claro, na minha experiência dentro deste cenário, percebo só agora o quanto é difícil a construção de uma autoestima vivendo dentro de espaços que evidentemente não foram “destinados” a mim. Diria que este tipo de vivência me obrigou a lidar, desde o início da vida escolar, com sentimentos de inadequação.”*

Como se pode ler — sua voz fala por si só.

## **Branquitude e Mecanismos de Defesa do Ego**

No complexo fenômeno do racismo, há mecanismos de defesa que são performados pela pessoa branca, que dificultam-na em conseguir ouvir a alteridade da pessoa negra. A real situação de quem vive a realidade do racismo difere com altíssima frequência da ingênua percepção que, em geral, uma pessoa branca pode ter, especialmente quando não conhece e nem reconhece a realidade das relações racialmente estruturadas. Seguem-se mecanismos de defesa, Kilomba (2019), na seguinte corrente, respectivamente:

Negação – Culpa – Vergonha – Reconhecimento – Reparação

São mecanismos de defesa pelos quais o sujeito branco passa a fim de ser capaz de “ouvir”, isto é, para que possa se tornar **consciente de sua própria branquitude** e de si próprio como perpetrador do racismo estrutural ou também realizando-se como desconstrutor. Kilomba retoma essa corrente já tão cara à psicanálise, para abordar o fenômeno do racismo:

Negação é um mecanismo de defesa do ego que opera de forma inconsciente para resolver conflitos emocionais através da recusa em admitir os aspectos mais desagradáveis da realidade externa, bem como sentimentos e pensamentos internos. Essa é a recusa em reconhecer a verdade. A Negação (*denial*) é seguida por outros dois mecanismos de defesa do ego: cisão e projeção. (Kilomba, 2019, p. 43)

Após a negação vem a *culpa*, emoção que segue a infração de uma interdição moral (...) é vivenciada em relação à um ato já cometido, ou seja, o racismo já aconteceu, criando um estado emocional de culpabilidade. As respostas comuns à culpa são a intelectualização ou racionalização, isto é, a tendência do sujeito branco de construir uma justificativa lógica para o racismo; ou descrença, assim o sujeito branco pode dizer: “ Nós não queríamos dizer isso nesse sentido”, “você entendeu mal”, “para mim não há negras/os ou branca/os, somos todos humanos.”(Kilomba, 2019, p. 44)

*Vergonha*, por outro lado, é o medo do ridículo, a resposta ao fracasso de viver de acordo com o ideal de seu próprio ego. Enquanto a culpa ocorre se o indivíduo transgredir uma interdição derivada de seu exterior, a vergonha ocorre quando o indivíduo falha em atingir um ideal de comportamento estabelecido por si mesma/o. A vergonha está, portanto,

conectada intimamente ao sentido de percepção. (...) *O sujeito branco* se dá conta de que a percepção de si mesmo, na medida em que a branquitude é vista como uma identidade privilegiada – o que significa tanto poder quanto alerta – a vergonha é o resultado desse conflito. (Kilomba, 2019, p. 45)

Por conseguinte a pesquisadora sugere que a negação pode também atingir a pessoa negra que não se reconheça afetada pelo racismo, como forma de atenuar a violência, tristeza e frustração, em outros casos com ganhos secundários.

Seguidas a estas definições, passemos aos próximos mecanismos: reconhecimento e reparação e o que Winnicott nomeou como capacidade de se preocupar – o conceito de *concern*.

### **Reconhecimento, Reparação e o Estágio de Preocupação ou *Concern***

Uma vez constatada a realidade do racismo, ou seja, dado o reconhecimento, advém a oportunidade da realização da reparação.

Reconhecimento segue a vergonha; no momento em que o sujeito branco reconhece sua própria branquitude e/ou racismo. Esse é, portanto, o processo de reconhecimento. O indivíduo finalmente reconhece a realidade de seu racismo ao aceitar a percepção e a realidade de “Outras/os”. Reconhecimento é, nesse sentido, a passagem da fantasia para a realidade (...)

Reparação, então, significa a negociação do reconhecimento. O indivíduo negocia a realidade. Nesse sentido, esse último estado é o ato de reparar o mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas, relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios. (Kilomba, 2008, p. 45-46)

Embora Winnicott tenha feito elaborações à cerca da reparação, aqui podemos nos ater a reparação específica à situação de racismo. Consequentemente optamos por adicionar outro conceito abordado em sua obra: o *concern*, geralmente traduzido como “a capacidade de se preocupar”. Primeiramente, para o Winnicott, a capacidade de sentir culpa é uma conquista do desenvolvimento emocional: “que implica certo grau de integração do ego do indivíduo que possibilita a retenção das imagens de bons objetos concomitante com a ideia de destruição dos mesmos.” (Winnicott, 1983, p. 70)

Já a *capacidade de se preocupar — concern —* exigiriam uma conscientização e envolvimento mais profundos, necessitando um melhor desenvolvimento do *self*, do ser. Ou seja,

mais complexo e novo estágio de desenvolvimento emocional, atravessando o estágio da culpa. A culpa estaria para o autor em um polo negativo em relação à capacidade de se preocupar, que se encontraria no polo positivo, pois a culpa se mobiliza pelo medo da perda ou pelo medo da retaliação. Todavia o *concern, a capacidade de se preocupar*: “indica o fato do indivíduo se importar, ou valorizar, e tanto sentir como aceitar responsabilidade. (...) implica maior integração e crescimento e se relaciona de modo positivo com o senso de responsabilidade do indivíduo.” (Winnicott, 1983, p. 70). Portanto preocupar-se implica responsabilizar-se.

Essa articulação entre conceitos de Kilomba e Winnicott permite a compreensão de uma trajetória possível, de apropriação individual e coletiva, frente à realidade colonial em que vivemos, frente à realidade do racismo presente no cotidiano, que caminhe **da negação à reparação**. Assim permitindo a realização de práticas que desconstruam o racismo, um ponto fundamental almejado: práticas decoloniais, novas formas de configuração de poder, criação de novas linguagens, novos conhecimentos, novas relações. A grande ausência em ambientes acadêmicos — invisibilidade e segregação — de alunas/os/es negras/os gera um déficit incalculável nas relações interpessoais/de aprendizado e nas produções de conhecimento. Fomenta as estruturas racistas aos diversos âmbitos à que a esfera da educação e da saúde podem alcançar, extramuros. Esta trajetória permite compreender mais a fundo algumas importantes insuficiências dos ambientes de ensino atuais, que embora não excluam outras possibilidades que o ambiente ofereça, são aspectos humanos e fundamentais, de todo ambiente, especialmente os educacionais. Urge transformarmos, urge iniciarmos da maneira a qual estiver ao nosso alcance, um profundo processo psicológico:

Esses diversos passos revelam a consciência sobre o racismo, não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho. Nesse sentido, em vez de fazer a clássica pergunta moral “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria se perguntar: “como eu posso dismantelar meu próprio racismo?” Tal pergunta, então por si só, já inicia esse processo (Kilomba, 2019, p. 46)

Discutir a temática do racismo - e mesmo dentro das teorias da psicanálise - significa sair da negação, do silenciamento implícito e do tabu. Significa integrar um aspecto da realidade constantemente negado das relações interpessoais e do ambiente, propiciando atingir um estágio de amadurecimento emocional coletivamente e individualmente, ou seja, caminhar na direção da saúde.

Elaborar planos e metas de ação concreta significa exercer a reparação possível e

almejada. É neste sentido, de reparação como ação, que sublinho como *um* gesto possível e necessário de reparação do racismo estrutural/institucional e sua segregação a elaboração de um projeto de ação afirmativa para o presente Curso de Aprimoramento da obra e pensamento de D.W. Winnicott.

Ora, e por que não?

### **Racismo e Capitalismo. A Questão Financeira como Suposto Impeditivo do Gesto Ético, da Reparação e do Concern**

É possível que se levante uma suposta impossibilidade financeira de um planejamento para elaborar uma prática de ação afirmativa em qualquer ambiente educacional, de ensino e formação. Aí nos deparamos com algo muito corriqueiro de uma relação espinhosa e íntima, entre o racismo estrutural e a exploração financeira: o sistema econômico de exploração capitalista. Uma constatação à que intelectuais como Ângela Davis e Malcom X chegaram em algum momento de seus percursos de militância e de vida: a de que o racismo está entrelaçado ao sistema capitalista, que se sustenta com base na exploração de mão de obra que atinge de maneira exploratória mais aguda, determinados grupos sociais em benefício de outros, privilegiando a supremacia branca em detrimento da população negra. (Davis, 2016; Neto, 2019; Enisuh, 1993)

E ainda outro ponto do nó, atrelada à problemática do racismo encontra-se o que Paulo Freire tratava em suas obras por *classismo*, dada a segregação da sociedade em termos econômicos, a qual o educador combateu ao longo de sua vida e obra. Num ambiente de segregação, além de vigorarem ideias comuns à supremacia branca, circulam, concomitantemente, ideias comuns aos grupos de setores mais privilegiados da sociedade (o poder financeiro é branco). Soma-se a segregação econômica que limita a leitura da realidade de modo mais inteiro a fim de realizar sua mais ampla compreensão. (Freire, 2015)

Implementações de novas políticas exigem sem dúvida uma reorganização financeira responsável. Mas há uma inversão de valores na situação na qual o capital é quem dita as necessidades de um ambiente educacional. Nesse caso, o ambiente educacional está em função e a serviço do capital. Diferentemente de um ambiente onde são as pesquisas, a teoria, a práxis, o concern, e a ética a criarem – e recriarem – o ambiente suficientemente bom de ensino e estudo – seja na área da saúde mental, seja das teorias de Winnicott, ou seja da psicanálise, seja onde for. Nesse segundo caso, o capital é apenas ferramenta para que se leve a cabo os processos

educacionais.

Ainda, porque razão não considerar urgente a necessidade de compreensão do racismo em psicopatologia, psicanálise e saúde mental? Eticamente, não há. Se o poder racial estabelece prioridades de agendas educacionais, eis um ponto crítico, que novamente performa a violência e a ausência de tão necessário diálogo.

Se o deficit de um ambiente segregado é incalculável para a produção de conhecimento, será possível supor seu oposto: os ganhos para a produção de conhecimento, em um ambiente de estudo dessegregado, representativo demograficamente de uma nação, hão de ser igualmente incalculáveis. E arriscamos dizer que tendem a superar e muito seu deficit. Diz Winnicott:

Temos de lhes proporcionar, na primeira infância, na meninice e na adolescência, no lar e na escola, o ambiente favorável em que cada indivíduo possa desenvolver sua capacidade moral própria, desenvolver um superego que evoluiu naturalmente dos elementos da crueza do superego latente, descobrir seu próprio modo de utilizar ou não o código moral e o acervo da cultura geral de sua época. (Winnicott, 1983, p.98)

Cabe refletir a fundo sobre qual tipo de ambiente almeja-se proporcionar aos *alumnos*, lactentes sedentos por conhecimento, lembrando aqui a tradução do latim, *sedes sapientiae*: sede de sabedoria.

A vivência nos revela que ambientes com grupos de estudos e trabalhos compostos por pessoas negras e brancas, mais equilibradamente, pode haver uma experiência de qualidade profundamente diferente daquela vivenciada em ambientes de segregação e supremacia branca, em especial onde é difícil a abordagem e problematização da temática do racismo.

Um ambiente de ensino e aprendizagem que mantém a segregação, continua sendo um espaço com estritos limites em termos de conhecimento e relações pessoais, espaço estrutural de violência, e portanto insuficiente à etapa de desenvolvimento em que o concern e as relações de aprendizagem e interpessoais tenham alcançado seu estágio necessário de amadurecimento para relações mais solidárias, igualitárias e humanizadas.

Houve a formulação da seguinte pergunta na aula-tema Democracia, Liberdade e moralidade, do curso em questão: “como um psicanalista pode contribuir na construção de uma sociedade mais madura?”

Pois esta produção escrita entregue ao fim do curso, segue o sentido que esta pergunta carrega e suas possíveis respostas: — Um psicanalista pode contribuir, por exemplo, criando novas formas de relações entre pessoas no espaço em que ocupa; criando um trabalho que propicie

e instigue a criação de um projeto de ação afirmativa que dessegregue o ambiente de sala de aula e institucional, por exemplo; promovendo ações coletivamente; realizando práticas descolonizadoras, mitigando a violência do racismo, promovendo novas linguagens, novas interações entre pessoas, diferentes etnias e classes sociais. Assim promovendo novas possibilidades de conhecimento e novos diálogos, como a interlocução ora realizada entre Kilomba e Winnicott. Ou seja, procurando atingir um *novo estágio do amadurecimento* em o qual *a capacidade de se preocupar - o concern* - seja vivida e realizada. Somente assim, no futuro, poderemos reparar a histórica segregação. Somente assim poderemos entrar em uma sala de aula com sua plena diversidade racial e étnica. Somente assim, os alunos/as/es poderão em algum momento, ter não só um ou uma, mas diversos professores negras e negros. Somente assim, um dia no futuro, isto poderá acontecer.

Uma das pioneiras nas reflexões raciais e de poder no Brasil, tomamos emprestada a fala de Sueli Carneiro, cujo artigo presente não tem como objetivo alcançar sua profundidade, se não uma aproximação das margens de seu pensamento: "de espírito aberto, te convido a esse diálogo, confiante que é possível conquistar corações e mentes, mesmo entre os que como tu, rejeitam o som de vozes subalternas, para construir outros cenários e roteiros que representem a emancipação para todos." (Carneiro, 2005, p. 24)

### **Questões Respondidas e Questões não Respondidas**

Na atual situação que vivemos enquanto sociedade brasileira, os ambientes educacionais de supremacia branca ainda espelham a desigualdade e o colonialismo. Este ambiente pode ser suficiente para a promoção de saúde em aspectos inumeráveis. Contudo, da maneira como está, não deixa de propagar a violência racial enquanto não adota formas possíveis de transformar o ambiente segregado de sala de aula. Ações estas que não deixam de ser factíveis.

Por que não implementá-las então? Qual a razão de não promover uma mudança tão benéfica, e no ponto de vista desta produção escrita, também tão necessária? Uma implementação assim poderia gerar conflitos e novas formas de exclusão? Sim, gerariam novos conflitos, que seriam por si só, avanços.

Existe algum tipo de vontade por parte dos responsáveis pelo curso de que uma implementação assim seja pensada e planejada? Ou não há vontade? Há razões para se discordar de que a instalação de uma prática decolonial e dessegregadora, seja uma carência ética? Há

razões para crer esta prática não mitigaria a violência do racismo estrutural?

Mais de duas décadas com experiências de cotas em universidades tem tido resultados bastante promissores, mesmo dentre incalculáveis entraves. Obviamente, novas formas de mal-estar, novas formas de violência surgiriam em ambientes onde existem ações afirmativas implementadas. Mas estes já são por si só problemas novos e com perspectivas novas, que demandam novas ferramentas para suas resoluções, e assim por diante num movimento contínuo de vida, e busca permanente de manter o horizonte ético presente de forma satisfatória. (Silva e Rocha, 2024)

É razoável crer que um ambiente com condições econômicas razoáveis e profissionais capacitadas/os possui a capacidade e potencial de elaborar um projeto de ação afirmativa plausível para as necessidades de práticas dessegregadoras nos ambientes de ensino. De ser elaborado coletivamente pelo senso de responsabilidade, valores e ideais de justiça e humanidade. Não como elaborações que possuem como pano de fundo o ultraje de tolher a liberdade tanto do pensamento, da livre reflexão, do aprendizado quanto do ofício clínico, mas uma que consegue ir ao encontro destas mesmas necessidades, indispensáveis ao desenvolvimento do estudo das subjetividades e relações humanas, em um ambiente também que visa ser livre do racismo estrutural. Em termos de enriquecimento em relações humanizadas, os ganhos são incalculáveis.

Há de sempre existir a liberdade de negar e de recusar o que quer que seja, mesmo que venha em nome da ética ou algo assim. É por isso, que tal elaboração e criação, valha em ser fruto de responsabilização e *escolha*.

Estes bens inestimáveis: **liberdade, criatividade e ética**, não andam dissociadas. Ao invés disto, se amalgamam: a ética funda, a liberdade é o corpo que é vívido e a criatividade gesta. Finalmente a ação e o gesto parem, fazendo nascer. Dir-se-ia o gesto poético que esta amálgama é aquilo o qual se pode chamar de **amor**.

Onde há liberdade sem ética, moram perigos sem dimensão. Criatividade sem liberdade simplesmente não há — se torna o pecado do plágio. Ética sem criação é como berço vazio...

No esteio de uma conclusão: se tomamos parte, individualmente e coletivamente, naquilo que se denomina como racismo estrutural, e nada ou pouco fazemos para combater ou saná-lo, então corroboramos com o fenômeno, negligenciando sua problemática. Do contrário, se tomamos uma atitude dialógica, de elucidação e enfrentamento: caminhamos em direção à saúde e integração de aspectos verdadeiros do *self*, do ser.

Resta por fim a pergunta: qual é oficialmente a política de enfrentamento ao racismo

estrutural desenvolvida e aplicada no Instituto Sedes Sapientiae, atualmente?...

## **CONCLUSÃO — UM ACONTECIMENTO REPARADOR!**

O que se apresentou até aqui foi uma revisão aprimorada do trabalho de oficina criativa e psicanalítica do curso “Winnicott: Experiência e Pensamento” do Instituto, apresentado em 2019. Das questões levantadas naquela época para os dias de hoje, algo substancial mudou. Decorridos quase dois anos desde o início da pandemia da Covid-19, em meados de 2022, obtivemos a informação de que o Instituto Sedes Sapientiae elaborara oficialmente, pela primeira vez, um edital incluindo cotas raciais para os cursos de especialização e aperfeiçoamento... Finalmente, um importantíssimo passo e vitória — o almejado gesto de responsabilização e reparação! (Instituto Sedes Sapientiae, 2022)

No Brasil, o projeto original para a Lei de cotas vinha da década de noventa, com as primeiras implantações oficiais que se tem registro, ocorrendo no ensino superior federal por volta do ano de 2003 e 2004. (Silva e Rocha, 2024) Finalmente em 2012 a chamada lei de cotas — Lei 12.711 — foi aprovada, culminando com a recente sanção da Lei 14.723 de 13 de novembro de 2023, que atualiza a política de ações afirmativas, que inclui acesso à população quilombola e extensão para cursos de pós-graduação. (Silva e Rocha, 2023) São, pois, no tempo, por volta de três décadas desde as elaborações por um projeto de lei, experiências e iniciativas, lutas e conflitos em prol de mudanças no ensino, realizadas no esteio secular da discriminação racial até os dias atuais.

Não é o intento deste modesto trabalho apresentado na oficina ter desempenhado algum papel decisório na elaboração da atual política de ação afirmativa do Instituto; senão pela fundamental relevância em trazer o tema, mesmo que por breves instantes, **ao centro** do espaço de interlocução ao qual o curso esteve circunscrito. O trabalho foi escrito, entregue ao parecer, e recebeu uma devolutiva favorável por parte da banca de professores e coordenadores. Nesse momento foi proferido o questionamento à banca: — Uma vez que concordavam com os apontamentos elaborados no trabalho, por que então não se mobilizavam a fim de propor um projeto para uma implementação de política de cotas, no diretório acadêmico que lhes dizia respeito?...

Houve uma branda aquiescência — branca aquiescência? — mas houve! Concordaram que já era hora de realizarem um intento na direção da promoção de uma ação afirmativa.

Sem que possamos tecer considerações sobre os desenvolvimentos e decorrer dos fatos, certo foi que no ano de 2022 o primeiro edital com vagas para cotistas nos variados cursos de especialização e aprimoramento finalmente havia se concretizado e foi divulgado pelo no Instituto!

Valorizar cada conquista deste árduo e histórico processo histórico é essencial. Não esqueçamos contudo o quão longa é a estrada, e o quão atrasado se encontra o panorama atual. Ângela Yvonne Davis que em mais um dos tristes momentos da história, relembra o quanto fora inestimável a contribuição das corajosas mulheres brancas que se aliaram a causa contra a lei de linchamento de homens negros nos Estados Unidos, suportando hostilidades várias e até ameaças de morte. Sem essa adesão, a reversão da lei talvez não se efetivasse do modo como ocorreu. Davis, porém ressalva o fato da adesão ter ocorrido praticamente quarenta anos em atraso: “por quatro décadas ou mais, as mulheres negras vinham liderando a campanha contra os linchamentos e por um tempo quase igualmente longo, apelaram para que suas irmãs brancas se unissem a elas.” (Davis, 2016, p. 188)

Os desafios e diálogos que são travados “nos bastidores do cotidiano” por certo não deixaram de acontecer e sem dúvida, continuarão acontecendo até que o futuro tenha se realizado... A luta prossegue enquanto quem vive *na pele* o preconceito, quanto quem quer que lute por igualdade, continue buscando sedimentar conquistas, resistindo e criando novas configurações de saber e de se relacionar, por mais humanas e igualitárias, a benefício de todos.

## AGRADECIMENTO

Agradecimentos às psicanalistas e psicólogas Jaqueline dos Santos, Cida Miranda, Anne Egídio, Cláudia Perrotta e Fabiana Villas Boas, ao educador Sócrates Magno Torres que estimularam e colaboraram com o trabalho inicial que culminou na publicação do presente artigo redigido pelos autores.

## REFERÊNCIAS

- Adichie, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.
- Carneiro, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo — Área Filosofia da Educação, São Paulo, 2005.

- Brasil. Presidência da República Casa Civil — Subchefia para assuntos Jurídicos. *Estatuto da Igualdade Racial*. LEI Nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) acessado em 30 de outubro de 2024.
- Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Enisuoh, Andrea. *The life and legacy of Malcolm X*. University of Warwick- thelibrary, 1993.
- Fanon, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008
- Freire, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- Edital para cotas*, Instituto Sedes Sapientiae, São Paulo. Disponível em: <https://sedes.org.br/site/edital-processo-seletivo-cotas/> acessado em 30 de setembro de 2024.
- Kilomba, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano*. Berlin: Cobogó, 2019.
- Neto, Ernesto da Silva Nascimento. *Malcolm x: tradução dos discursos, debates e entrevistas em conexão com África e sua diáspora no Atlântico Negro*. Tese (Mestrado em literatura e Cultura), Universidade Federal da Bahia- Instituto de letras, Salvador, BA, 2019.
- Rocha, Bruna e Santana, Cássio. Por uma semiótica antirracista. Intercom – *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL– 1º a 10/12/2020*. Disponível em <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2149-1.pdf> acesso em 27/02/2026.
- Silva, Paulo Vinicius Baptista da e Rocha, Neli Gomes da. Atualizando políticas afirmativas e pensamento afro-diaspórico no desafio contracolonial- Editorial, *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, v.17, n. 44, novembro 2023, p. 1-7. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1699/1465> acesso em 13 de novembro de 2024.
- Silva, Paulo Vinicius Baptista da e Rocha, Neli Gomes da. Lei de Cotas: Caminhos mais efetivos de verificação — Editorial, *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, v.18, n. 46, abril 2024, p. 1-11. Disponível em <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/2002/1491> acesso em 18 de novembro de 2024.
- Sousa, Eduardo Morales e Fischer, Audrey Ribeiro. Homenagem a Juliano Moreira: sinônimo de representatividade e vanguardismo. *Debates em psiquiatria*, v.14, 2024, p.1-13.
- Winnicott, Donald Woods. *O ambiente e os processos de maturação. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed, 1983.
- Winnicott, Donald Woods. *Tudo começa em casa. Vivendo de modo criativo*, 3º ed, p. 23-39. São Paulo: Martins Fontes, 1999.